

A polifonia das ruas: leituras e construções de sentidos

A polyphony das ruas: Leituras and construções senses

Ana Lúcia Gomes da Silva¹ - Universidade do Estado da Bahia - Uneb

Joselito Manoel de Jesus² - Universidade do Estado da Bahia - Uneb

Todo discurso é marcado por enunciados que o antecedem e o sucedem, integrantes de outros discursos. Esses elementos possibilitam a compreensão do surgimento de novos cenários socialmente organizados e/ou em organização. (Michel Foucault, 2002).

RESUMO:

O texto tem como propósito analisar alguns discursos veiculados nas manifestações de rua que aconteceram em boa parte do país, em particular em Jacobina e Salvador, e seus possíveis desdobramentos para a cena política baiana e brasileira, ao reivindicarem justiça, punição exemplar aos corruptos, moradia, saúde, educação, segurança, emprego, respeito às diferenças e a reforma política tão desejada para o país. A análise dos cartazes e faixas é realizada a partir do dispositivo teórico da Análise do Discurso da linha francesa, na dimensão da prática social, do discurso, da polifonia, da formação discursiva e seus efeitos de sentidos. Nessa análise discursiva identificamos os deslocamentos de sujeitos e sentidos pelo modo como as manifestações de rua produzem os seus dizeres, recusando os modos tradicionais dos sujeitos políticos de se posicionarem em suas práticas discursivas, como leitores críticos e agentes políticos produtores de sua própria prática discursiva.

Palavras-chave: Polifonia. Análise de discursos. Construções de sentidos. Manifestações de ruas.

Abstract:

The text have to analyze the discourses conveyed the streets in demonstrations across the country and its implications for the change required by Brazilian citizens, to claim housing, health, education, job security, and even political reform as desired for country. The analysis is carried signs and banners from the theoretical device Discourse Analysis of the French line, the dimension of social practice, discourse, polyphony, the discursive formation and its effects felt as critical readers.

Keywords : Polyphony. Discourse analysis. Constructions of meaning. Street protests.

Ao iniciarmos o texto com a epígrafe de Michel Foucault (2002), já demarcamos o conceito de discurso e seus transbordamentos. Que cenários e enunciados surgiram

¹ Graduada em Licenciatura Curta em Letras Vernáculas e Licenciatura Plena em Letras Vernáculas (Uneb) Especialista em Leitura: teoria e prática, (Uesb), Mestre e Doutora em Educação pela UFBA. É professora adjunta da Universidade do Estado da Bahia, UNEB. Pesquisadora do NUGSEX/Diadorim também da UNEB. Atualmente atua como Diretora da Educação Básica do Estado da Bahia - DIREDE/SUDEB-SEC.

² Professor Assistente na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Mestre em Educação pela UNEB. Interessa-se atualmente pela Análise do Discurso e sua relação com a Educação.

nas ruas das diferentes capitais do Brasil? Como os sujeitos discursivos enunciaram? Quais os efeitos de sentidos que os mesmos produzem? O que significa ler à luz da análise do discurso? Quais as implicações para o cenário político a partir das reivindicações e demandas diversas apresentadas pelos sujeitos discursivos? Neste cenário complexo e polissêmico os sentidos revoaram, permitindo-nos análises sobre o grande silêncio da população brasileira antes da explosão de indignação que começou em São Paulo, na luta contra o aumento das passagens de ônibus e pela melhoria da qualidade dos serviços públicos de transporte, entre outros. A condição objetiva para a formulação intradiscursiva está dada.

A grande novidade destas manifestações de rua foi a forma inovadora como vem sendo feita, rompendo com os velhos modelos de manifestação em que um carro de som ou um palanque montado num determinado lugar da cidade, lugar demarcado de chegada pelos organizadores do evento, dava lugar aos discursos de lideranças associadas a partidos, sindicatos e movimentos sociais, vozes que, ao mesmo tempo que representavam, silenciavam as múltiplas outras vozes de sujeitos das classes populares e médias, que eram colocados na condição de ouvintes, de plateia passiva na arena discursiva. Portanto, um dos contraditórios efeitos de sentido dos modos das manifestações serem feitas era a colocação dos sujeitos sociais, tratados como massa de manobra, enredados na ideologia dominante que presidia a manifestação e que, ao mesmo tempo que a direcionava para interesses específicos, muitas vezes eleitoreiros, escamoteavam outros direitos básicos, sempre adiados para um futuro que nunca se realizava, embora fosse sistematicamente, recorrentemente prometido. Daí a significativa afirmação de Miguel Arroyo (2011, p.166) ao destacar que:

Os próprios coletivos não se pensam como carentes de valores de moralidade de capacidades mentais, nem se pensam incompetentes para o trabalho, a produção de um digno viver. Pensam-se injustiçados, negados nos direitos mais básicos como seres humanos e como cidadãos. Suas lutas são pelo reconhecimento de serem vítimas históricas de tantas injustiças, segregações, opressões, negações de direitos humanos.

Esta ação discursiva perversa de ocultamento da realidade, fez com que os coletivos populares, os diversos segmentos sociais de classes de trabalhadores, de profissionais da educação, funcionários públicos, enfermeiros/as, estudantes e tantos

outros e outras, voltassem à cena nas manifestações de rua como protagonistas dos seus discursos e dos seus direitos, trazendo enunciados integrantes de diferentes discursos que circulam socialmente.

Este texto, portanto, vem refletir sobre este rico fenômeno das ruas, do ponto de vista da análise do discurso de linha francesa e suas implicações polifônicas no atual contexto da contemporaneidade brasileira. Começaremos no item a seguir, a analisar sobre os direitos sociais básicos requeridos pelos manifestantes, nos discursos concretizados nos cartazes.

1. Direitos sociais básicos: saúde, educação, moradia, segurança e transporte.

A partir das indagações apresentadas nos cartazes e faixas defendidas por diferentes grupos sociais de diferentes posições ideológicas, vamos apresentar elementos que nos apontam para a compreensão de sentidos e seus efeitos, haja vista que “[...] da interação social entre sujeitos e grupos de sujeitos como um movimento ininterrupto [...] que conduz para a constituição de novos sujeitos e novos grupos sociais, bem como para a formação de novos discursos” (FERNANDES, 2008, p.40). Quais discursos e quais sujeitos são estes? O que anunciam? Quais interações sociais promovem? É o que apresentaremos a seguir a partir dos cartazes e faixas divulgados como bandeiras e agendas que denunciam a corrupção, cobram direitos sociais básicos e pressionam os poderes constituídos nos diversos entes federados a cumprirem com suas obrigações como poder público.

Texto 1.



Fonte: Fotografia Ana Lúcia, 02 de julho/2013. Salvador- BA.

Nesta fotografia acima há todo um conjunto de enunciados num suporte configurado para surtir o efeito desejado pelo sujeito discursivo. Em primeiro lugar é importante situar a foto historicamente, bem como todas as demais que serão analisadas neste tópico. Trata-se do 02 de julho em Salvador, Bahia, data em que se comemora a expulsão dos últimos portugueses do Brasil, via Bahia. Muitos ainda imaginam que a Independência do Brasil foi um grito à beira do Riacho do Ipiranga, no dia 7 de setembro de 1822. O Brasil só veio a se tornar independente, de fato, ano e meio depois, em 2 de julho de 1823, quando os insurgentes em Salvador, Bahia, formando uma tropa em sua maioria de ex-escravos, caboclos e lavradores, conseguiram importantes vitórias em batalhas como as de Pirajá e Cabrito, expulsando-os definitivamente do território nacional. Nessa guerra, três mulheres se destacaram e se tornaram ícones da liberdade: Maria Quitéria, Joana Angélica e Maria Felipa. Por isso, a data de 2 de Julho, é comemorada como “Dia da Independência da Bahia”, constituindo-se, ao longo da história, num espaço de manifestação livre, principalmente das classes populares, contra toda forma de tirania e autoritarismo.

Esta data converteu-se, ao longo de sua comemoração, iniciada em 1824³, num momento propício para os baianos, organizados em partidos, sindicatos, as ONG, movimentos sociais e culturais manifestarem-se politicamente durante todo o trajeto da Lapinha ao Campo Grande, por onde desfila o símbolo desta data histórica: a cabocla e o caboclo. Com a explosão das manifestações de rua as comemorações da independência da Bahia, no 02 de julho, adquiriram um contorno ainda mais crítico, popular e plural. Houve anos em que o 02 de Julho era mais um espaço de antecipação eleitoral, com o “desfile” dos caciques da política baiana, que uma comemoração crítica e popular da nossa independência singular⁴. É nesse contexto histórico que podemos

³ Houve muita resistência da população baiana, principalmente das classes populares, pois, logo no início, a elite política baiana queria acabar com a associação da emancipação política com eventos de natureza religiosos, retirando os caboclos. Mas, toda vez que os caboclos eram retirados do cortejo a população não ia, e realizava seu próprio cortejo em outra data. Primeiro foi criado o caboclo, figura que representava os populares. Não podia ser negro, pois o negro era desvalorizado, nem podia ser branco, para não lembrar os portugueses, por isso, escolheram o caboclo indígena. Para saber mais, consultar <http://www.bv2dejulho.ba.gov.br/portal/index.php/personagens/caboclos.html>. Acesso em 17 de julho de 2013.

⁴ Não é demais lembrar que o carnaval baiano também apresentava essa característica de festa plural e popular. Lembramos bem de uma imagem da nossa infância quando um dos cunhados à época, vestiu uma “mortalha” (nome dado à uma bata que ia do pescoço aos pés) com uma cruz enorme e um colega foi vestido de monge, a fim de pularem o carnaval nos “cordões” (grupos formados por amigos comuns que

entender a moça na janela travestida de palhaça, além dos cartazes e de suas enunciações.

Para falarmos em discurso, precisamos considerar os elementos que têm existência no social, as ideologias, a História. Com isso podemos afirmar que os discursos não são fixos, estão sempre se movendo e sofrem transformações, acompanham as transformações sociais e políticas de toda natureza que integram a vida humana. (FERNANDES, 2008, p.14)

Como nos ensina Orlandi (2005, p.33), “Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que tiram seus sentidos.” A *constituição* pela memória vinda pela História acerca do 02 de Julho e sua representação e a *atualidade* das manifestações de rua que permitem a formulação dos textos imagéticos que as imagens nos apresentam.

A casa e a figura mais acima da janela, também de uma moça com as mãos sobre as pernas em atitude “bem comportada”, conforme se esperava de uma moça da época, além do vestido e do penteado, revelam uma memória de um tempo em que a moça, criada para casar, contemplava da janela a vida que passava, numa atitude de espera passiva. “A moça” de Chico Buarque, que “debruçou na janela”, está em contraste com a moça que está agora sentada no parapeito da janela da casa. Não mais uma “moça bem comportada”, mas uma moça que não mais contempla passiva a vida passar em frente, numa condição de *pobreza política*⁵, mas se insere no cortejo de forma ativa, participando com cartazes, com sua caracterização de palhaça triste – os políticos fazem o povo de palhaço – com seu tamborim no qual a foto centralizada de Frida Kahlo⁶ anuncia um de seus posicionamentos ideológicos quanto à questão de relações de

satirizavam a política, a religião e alguns costumes, hábitos e tradições sociais de modo geral). A indústria cultural acabou com essas iniciativas e expressões coletivas, restando apenas a “Mudança do Garcia” como símbolo desse tempo que ainda resiste. Esse carnaval popular que foi usurpado pela indústria cultural é hoje o Desfile do 02 de Julho, espaço propício para manifestações populares ocorrerem livremente, sem necessidade de rituais e normas aparentes que funcionam como interdição da palavra.

⁵ *Pobreza política* é um termo apresentado por Pedro Demo (2006), que se contrapõe, e dialeticamente complementa, ao usual termo *pobreza econômica*, visando investigar, explicar e compreender o fenômeno da pobreza de forma mais ampla. Para o autor acima “Ser pobre não é somente não ter, mas ser coibido de ter” (DEMO, 2006, p.6) Logo, a pobreza é um fenômeno primordialmente político, que exige, como critério fundamental, a participação do pobre nos processos de superação de sua condição de pobreza.

⁶ Frida Kahlo foi uma das personagens mais marcantes da história do México. Patriota declarada, comunista e revolucionária Frida Kahlo, como ficou conhecida, teve uma vida de superações e sofrimentos que refletidos em sua obra a tornaram uma das maiores pintoras do século. Para maior aprofundamento consultar <http://www.infoescola.com/biografias/frida-kahlo/> Acesso em 24 de julho de 2013.

gênero. As plumas de cores verde e amarela que enfeitam seu pescoço e o laço do seu cabelo se inserem num movimento simbólico de pertencimento patriótico à nação brasileira. A memória e a história atravessam esse sujeito discursivo, permitindo um posicionamento crítico em relação aos políticos, sem perder de vista a noção de pertencimento patriótico e de posicionamento ideológico claro em relação à questão da mulher na sociedade contemporânea.

Os cartazes na parede da casa, e a própria casa em sua materialidade simbólica, enunciam a indignação popular atual contra os descasos, a corrupção, a impunidade e a prioridade do estado em atender aos anseios de acumulação do capital na construção de arenas esportivas, destinadas prioritariamente ao futebol, mercadoria principal da copa do mundo, dentre tantas outras mercadorias, em detrimento do atendimento de necessidades básicas da população baiana e brasileira. “No Planalto [Palácio do Planalto, sede do Governo Brasileiro] prospera a avaliação de que a Copa das Confederações foi interpretada pelo eleitor como uma prova de que é possível entregar grandes empreendimentos quando há vontade política.” Afirma o jornalista Paulo Celso Pereira (2013, p. B3). É o que o texto abaixo também expressa:

Texto 2.



Fonte: Fotografia Joselito Manoel de Jesus, 02 de julho/2013. Salvador- BA.

A disputa pelos sentidos na arena discursiva do Desfile do 02 de Julho acontece cartaz a cartaz, faixa a faixa, a partir das posições ideológicas assumidas pelos sujeitos. No caso da imagem acima o sentido de “copa” como um torneio de futebol lucrativo, conforme os interesses da FIFA (Federação Internacional de Futebol), é redirecionado para sentido de “copa” como um dos cômodos da moradia, necessidade básica na qual orbitam os movimentos dos sem teto, além de milhares de baianos e brasileiros que não conseguem uma moradia. O suporte no qual a enunciação está inscrita: não está num

cartaz ou faixa vermelha, nem numa preta. Está num cartaz de fundo branco. O grupo/sujeito que assina o cartaz é o Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior da Bahia. Esperava-se que tal sujeito apresentasse um cartaz referindo-se aos problemas do campo educacional. A polifonia se concretiza também neste cartaz e na posição que o sujeito social assume. Outras vozes de outros sujeitos, manifestam-se através do mesmo.

Podemos identificar a palavra “copa” destacada das demais palavras, em vermelho, significando, entre outras coisas, atenção, com outra semântica de sentido, fazendo um jogo polissêmico com a língua em curso. Sujeitos negados em sua materialidade objetiva expressam sua necessidade em forma de exigência. Querem casa para morar com dignidade. O valor da solidariedade de classe social aparece neste momento, pois acreditamos que a maioria dos professores e das professoras de instituições federais de ensino superior possuem moradia. Há uma *heterogeneidade constitutiva* que revela a rede discursiva dispersa no meio social. Este cartaz também revela uma percepção crítica do programa popular de habitação do governo, denominado de “Minha casa, minha vida”. O cartaz não existiria se este programa estivesse atendendo ao déficit habitacional baiano. Há uma margem do dizer que está pronunciando este sentido. “Queremos quarto, sala, cozinha e banheiro”. Quem quer? Nós. Nós quem?

Texto 3.



Fonte: Fotografia Ana Lúcia Gomes da Silva, 02 de julho/2013. Salvador- BA.

O interessante do terceiro texto é todo o conjunto imagético que o acompanha. Um manifestante com seu cartaz, letras pretas em fundo amarelo, exigindo mais educação, mais saúde e o combate à corrupção, reforma do Congresso Nacional, representado pelas letras “CN” (Reforma Política), alguma coisa a respeito de algum

Projeto de Emenda Constitucional (PEC) e uma ameaça: “Ou paramos o Brasil na copa de 2014”. A confecção do cartaz mostra que este interlocutor tinha muito mais a dizer. A necessidade de dizer para todos os passantes, talvez tenha influenciado o tamanho, o modelo das letras em maiúsculas e o contraste entre as cores de fundo e a cor das palavras. A inscrição envolta numa linha fechada – “Ou paramos o Brasil na copa de 2014” – foi o espaço possível que seu autor encontrou nos limites físicos do cartaz para dizer mais alguma coisa que precisava, segundo seu desejo, ser dita. Houve uma seleção pelo autor do texto da imagem acima, de prioridades do que dizer, enquanto ele era atingido em seu desejo reprimido pela ideologia⁷ que as ruas gritavam e que encontravam eco em si mesmo. Foi constituindo-se como sujeito na arena discursiva entre o eu e o outro, posicionando-se ideologicamente no trajeto que estava por fazer e o faria. Por isso que temos a sensação de que um cartaz enorme ainda seria insuficiente para os dizeres que esse interlocutor ainda tinha a pronunciar.

Os ditos são revelados pelos não-ditos, pois para dizer o que disse deixou de dizer tantos outros, que vão sendo inferidos pelos leitores/as. É aí que o implícito se instala, ele “está presente por sua ausência.” (PÊCHEUX, 1997). Unido a outros dizeres, tais como: “Menos arenas, mais Escolas”. “Não queremos arenas, queremos hospitais e escolas”, para quais sujeitos não são assegurados os direitos inalienáveis de uma escola com qualidade social? Hospitais públicos que atendam igualmente mulheres e homens negros, homossexuais, travestis, idosos, crianças pobres e da classe popular, índios e portadores de necessidades educativas especiais? Com certeza não para a classe média, nem rica. É visível, pois, nestes textos, o discurso como prática social que, ao ser produzido e analisado em sua polifonia, constitui uma ação social que aflora num dado contexto situacional e, portanto, ideologicamente marcado.

A expressão “Ou paramos o Brasil na copa de 2014” evidencia a corrente discursiva que apresenta sujeitos interlocutores advindos das manifestações de rua, e ainda da sua ameaça em parar o Brasil. Quem são os sujeitos que vão parar o Brasil na copa de 2014? É o outro – o mundo político, social e ideológico no qual o sujeito se inscreve. Esse outro que, com o autor do cartaz, constituem-se como sujeitos discursivos que rejeitam com veemência a prioridade que seus governantes dão a um

⁷ Há aqui o acontecimento do esquecimento número 01- ideológico, que para a Análise do Discurso - AD, representa o atravessamento da ideologia e do inconsciente. A ilusão de estar na origem do que dizemos e controlar os sentidos do dizer.

torneio esportivo internacional em detrimento das necessidades básicas de saúde, educação, segurança, moradia, respeito e justiça, entre outras.

Nessa adversidade, a questão é saber como a história irrompe na vida de todo dia. Como no tempo miúdo da vida cotidiana, travamos o embate, sem certeza nem clareza, pelas conquistas fundamentais do homem das múltiplas misérias que o fazem pobre de tudo: de condições adequadas de vida, de tempo para si e para o seus, de liberdade, de imaginação, de prazer no trabalho, de criatividade, de alegria e de festa, de compreensão ativa de seu lugar na construção social da realidade. Uma vida em que, além do mais, tudo parece falso e falsificado, até mesmo a esperança, porque só o fastio e o medo parecem autênticos. Na abundância aparente, não estamos realizados – estamos apenas saturados e cansados em face dos poderes que parecem nos privar de uma inteligência histórica do nosso agir cotidiano. (MARTINS, 2010, p.10)

E é a privação discursiva que parece ser enfrentada de frente por esses interlocutores que se constituem contra as vozes dos sujeitos tradicionais que utilizam “procedimentos de exclusão” entre “a vontade de verdade e a palavra proibida”. (FOUCAULT, 1999). Muitas pessoas elaboraram seus próprios cartazes e saíram no cortejo com seus dizeres, constituindo-se como sujeitos discursivos. Saíram da passividade discursiva e “tomaram nas mãos” o movimento da história no qual estão inseridos (as), rechaçando, desse modo, as velhas práticas discursivas com suas instituições e seus senhores, donos do discurso feito nos palanques onde um povo, outrora passivo, esperava ansioso e abaixo a verdade ser pronunciada “por quem de direito”.

Até mesmo uma sociologia “militante” e “de esquerda” passou a ser parâmetro ética e politicamente regulador, para alguns, do que seria a sociologia “séria” e “científica”. Forma extremada das ilusões e da alienação dos sociólogos que optam por essa via, que nada tem de “esquerda” e não raro tampouco de sociológica, porque, fundamentalmente, nega em nome da História, a história das relações sociais. Descolam-se do real para lançar-se nas fabulações do quimérico, não raro autoritário, e fugir das dificuldades de compreensão da diversidade das contradições sociais e suas expressões no processo histórico. É o mesmo que esquecer a História que vivemos e fazemos no dia-a-dia do nosso presente, sabendo-o ou não. (MARTINS, 2010, p.12)

Os sujeitos discursivos, com seus cartazes, rejeitam essa “esquerda militante” e seus parâmetros de regulação discursiva, que não os reconhecem como sujeitos da História, produzindo silenciamentos que as mesmas têm dificuldade em reconhecer e assumir. Eis, pois, a polifonia que atravessa os discursos e se materializa nas diferentes vozes do sujeito discursivo, como nos afirma Claudemar Fernandes (2008, p.26) “A presença dessas diferentes vozes, oriundas da voz de um sujeito, denomina-se polifonia. [...] o sujeito não é homogêneo, seu discurso possui entrecruzamento de diferentes discursos.”

Neste entrecruzamento estão implícitas as vozes dos sujeitos negados historicamente e que não mais se percebem como passivos, mas como a máxima da psicanálise, apresenta “o reprimido que retorna” e ao retornar cobra, de modo contundente, com a convicção revolucionária que o torna protagonista, expressando-se, exigindo ser ouvido e atendido em todas as demandas reprimidas e tão conhecidas por todos e todas nós.

2. Direitos Humanos e Diversidades: gênero, sexualidades e religiosidades

Nesta categoria, encontram-se os cartazes mais contundentes, que “batem de frente”, sem nenhuma concessão, às iniciativas de políticas visando “normalizar” e “normatizar” a sexualidade pela via do poder político. Outras expressões anotadas a partir de fotografias tiradas em outras manifestações pelo Brasil afora, tais como: “Meu cu é laico”; “O SUS não tá curando nem virose, quem dirá viadagem”; “Queremos cura para a fome”; “Menos Calypso mais KY”; “Até a cadela é laika, mas o estado não”; “O estado é laico: tire sua religião de nossa Constituição”; “Somos mulheres e não mercadorias, abaixo a Rede Globo”; e, entre outras, “Não pago dízimo, pago imposto”. Todos esses dizeres, não associados diretamente a movimentos como o LGBT, movimento gay, entre outros, são, na maioria dos casos, de indivíduos que elaboraram seus cartazes contra o controle social, via Câmara dos Deputados, numa proposta de projeto de lei de um deputado ligado às igrejas pentecostais que ficou conhecido nacionalmente como “Cura gay”, tendo a sexualidade como alvo. Os discursos apontam para a desconstrução

da heteronormatividade compulsória⁸ tida como o padrão, o normal previsto para todos e todas, numa perspectiva binarista e portanto, dualista. Os que não atendem a este padrão, estão fora do centro, os excêntricos, anormais e por isso mesmo precisam de cura.

Toda essa interdiscursividade é constituída e ratificada no contexto de crescimento da bancada evangélica nas câmaras de vereadores, nas assembleias legislativas e no Congresso Nacional, principalmente na Câmara de Deputados. Esse crescimento numérico propiciou que representantes dessa bancada, como é o caso do deputado Marcos Feliciano Ramos, começassem a ganhar confiança – pois o próprio executivo federal depende dessa bancada para obter vitórias em suas negociações políticas com o Congresso – e, a partir daí, elaborar leis inspiradas em seus preceitos religiosos, leis questionáveis que atingem diretamente direitos individuais sobre o corpo e as sexualidades, procurando controlá-los conforme suas crenças e interpretações exegéticas e exageradas. Por isso, na maioria dos cartazes a ênfase na dimensão laica do estado, do próprio corpo e dos direitos e deveres perante o estado.



Fonte: Fotografias de Ana Lúcia G. da Silva/Joselito M. de Jesus, 02 de julho/2013. Salvador- BA. A foto central foi gentilmente cedida por Bárbara Pessoa, cujo fotógrafo/a ela desconhece.

⁸ Expressão que segundo Leandro Colling (2013), pesquisador e coordenador do grupo de pesquisa Cultura e Sexualidade (CUS-UFBA), se estrutura através do dualismo heterossexualidade versus homossexualidade, sendo que a heterossexualidade é naturalizada e assim se torna compulsória. A heterossexualidade compulsória é a exigência para que todos os sujeitos sejam heterossexuais, isto é, a heterossexualidade se apresenta como única forma considerada normal de vivência da sexualidade. Para aprofundar consultar <http://www.ibahia.com/a/blogs/sexualidade/2013/03/18/qual-a-diferenca-entre-homofobia-heterossexualidade-compulsoria-e-heteronormatividade>. Acesso em 20 de julho de 2013.

Notaria apenas que, em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política: como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes. (FOUCAULT, 1999, p.9-10)

É também e justamente no enfrentamento a esses “buracos negros” da sexualidade, contra os “temíveis poderes” dos discursos que envolvem e associam sexualidade e política, descerrando essa grade dos sentidos, presidida pela “ordem do discurso” religioso, que as pessoas com seus cartazes disputam sentidos na arena discursiva, reafirmando a laicidade do estado diante dos poderes de tendência fundamentalista que querem privá-las de exercer sua sexualidade livremente. “Cura de cu é rola”; “Vadiando”, “Meu poder não está na *tcheca*”⁹, conforme os cartazes das fotografias acima, expressam posições de sujeitos que retrucam essa ânsia de controle sobre o outro que o discurso religioso contemporâneo apresenta.

Os sentidos não são constituídos à toa, têm um efeito entre interlocutores que se constituem na cena histórica e são atingidos, inevitavelmente, pela ideologia a que se filiam no momento de suas enunciações, numa dialogia criativa e indignada na busca pelo domínio dos sentidos que os discursos veiculam. O poder da mulher não está na “*tcheca*” como muitos de nós pensamos e como a mídia faz questão de enfatizar em seus filmes, músicas, propagandas e novelas. Aparece uma mulher com um cartaz desautorizando esse sentido comumente aceito e reiterado. Nesta enunciação, “Meu poder não está na *tcheca*”, outras ideologias atravessam a identidade feminina para reconstituí-la em parâmetros emancipatórios no reino dos não ditos, negando a concepção historicamente construída de que características como liderança, inteligência, força, coragem, agilidade e eficiência são atributos exclusivos do homem. Essa frase curta – o dito é muito curto na materialidade que o cartaz permite – se caracteriza muito mais pelos não ditos do que pelos ditos. É a partir do não dizer que ela diz, pelos implícitos e subtendidos, numa interdiscursividade acionada pelo dito. Parece um jogo de palavras, mas não é. É o modo como o discurso funciona.

⁹ Canção intitulada “O poder está na checa” do “Bailão do Robysson” -. Disponível em- YouTube. Acesso em 20 de julho de 2013.

Porque foi escolhido o vocábulo “*tcheca*” e não “buceta”, “vagina”, para dizer: “meu poder não está na tcheca”? sobretudo para desconstruir o discurso sexista, e repleto de estigmas sobre a mulher como objeto sexual, além da violência de gênero que se concretiza em toda a canção acerca das características femininas, legitimando discursos, naturalizando o que não é natural. Além de apontar o contra discurso à canção intitulada “Meu poder está na checa”, mas na inteligência, nas esferas de poder, nas lutas sociais e políticas pela equidade de gênero.

Ao lermos “Cura de cu é rola” reconhecemos que é um dito popular que ouvimos desde a infância e que nos aponta de modo concreto o porquê de todo enunciado suportar paráfrases e apontar outros interdiscursos que situam no mesmo campo de uma determinada formação discursiva. “Enunciado é a materialidade repetível, a unidade elementar do discurso [...] aberto à repetição, à transformação, a reativação, mesmo sendo um acontecimento único” (FOUCAULT, 2002, p.114). Quando garoto e garota, entendíamos esse dito associando à quem o pronunciava. Pela expressão facial percebia que a pessoa, na época só homem podia falar assim, não concordava com determinada afirmação de outra e respondia dessa maneira. Na constituição machista e homofóbica, ele se constitui em uma paráfrase do seguinte enunciado: “Distração de gay é rola” Portanto, todo enunciado pressupõe outros, e faz parte de um conjunto, formando redes de sentidos que se atualizam à medida que são apresentados. Os enunciados dos cartazes de sujeitos isolados, dialogam com os discursos da representação institucional – movimento gay, LGBT, entre outros - coerentes com a rejeição aos sujeitos políticos tradicionais e suas posições demarcadas ideologicamente e se constituem como uma denúncia a toda forma de violência e de desrespeito aos direitos humanos.

3. Reforma política e corrupção

Este tópico atravessa sentidos diversos e, sobretudo, dissonantes e polêmicos. Aponta a urgente necessidade da reforma política para o Brasil e do combate à corrupção como condição *sine qua non*, para nos orgulharmos novamente do nosso país, da nossa brasilidade tão desrespeitada, tão vilmente atacada.

Há condições objetivas que engendram condições subjetivas na rede de relações interativas que constituem a sociedade brasileira neste momento histórico, que vão tornando-se evidentes entre o contexto imediato e o contexto amplo que constituem as

condições de produção dos discursos numa dada formação discursiva. O contexto imediato é o da negação do povo brasileiro em seus direitos fundamentais: educação, segurança, saúde, justiça, transporte, habitação, terra e lazer. Mas, para garantir os direitos fundamentais, é preciso lutar por um direito maior ainda: o direito à palavra, ao discurso e aos sentidos que dele emanam. Há uma memória recente de lutas e vitórias de populações de parte do mundo, que se articulam contra governos autoritários, derrubando déspotas mundo afora, o que ficou conhecido como “primavera árabe”. Essa memória que vem pela história recente influencia inegavelmente o desejo de uma “primavera à brasileira”, atingindo e mobilizando sujeitos discursivos a participarem dessa arena que se forma a partir das ruas.

Como foi afirmado na introdução deste artigo, a própria memória do 02 de julho na Bahia constitui-se em fonte de constituição dos enunciados e como força histórica de todo dizer que vão filiando-se aos sentidos produzidos pelo cortejo humano que reclama uma nova independência do Brasil. Não é à toa que o Hino Nacional brasileiro e o Hino da Independência da Bahia foram bastante entoados e cantados com vigor durante o trajeto. Toda essa realidade atinge os sujeitos discursivos e os constituem, evidenciando seus discursos. Sentidos preexistentes são retomados na ilusão dos esquecimentos estruturantes, e cada um vai se inscrevendo na língua e na história a seu modo, “a seu cartaz”, feito com papel cartolina, pincel atômico, desejo, ideologia e inconsciente.

As tão almeçadas verbas para a educação, saúde, moradia rodovias, segurança são reivindicadas em inúmeros cartazes e faixas, de modo contundente e raivoso, como na faixa central logo abaixo: “Para aumentar subsídio de parlamentares não falta verba. Redução e controle **JÁ!!!!** Os verbos no imperativo ratificam a urgência e o desafio posto. As medidas e mudanças não podem mais ser adiadas. O **JÁ** em maiúsculo e negrito apresenta a urgência e impaciência com as ações para o combate à corrupção e a morosidade da reforma política. Não vamos mais nos calar, não vamos mais esperar, é o que nos faz inferir os ditos do texto. O **JÁ** é imperativo e temporal, é emblemático da mudança comportamental do povo saindo do marasmo e da passividade. É o enfrentamento necessário e legítimo para a grave crise política e ética que presenciamos cotidianamente.



Fonte: Fotografias de Ana Lúcia G. da Silva/Joselito M. de Jesus, 02 de julho/2013. Salvador- BA.

O texto da faixa se inicia pelo imperativo “Chega de caixa 2” em negrito e caixa alta para dar o devido destaque a importância do dito e seus efeitos de sentidos. Os demais textos da mesma formação discursiva ratificam as reivindicações populares por mais verbas para a educação, para a saúde e segurança com 10% do PIB destinado às mesmas. De igual modo, outro cartaz, anuncia criticamente: “Se é que existe um futuro, eu quero ele agora” (Cartaz de um jovem participante na manifestação em Jacobina-BA, 20.06.2013).

A condicional “Se”, apresentada como possibilidade, dúvida, se revela como imperativo, através da escolha lexical do verbo ‘quero’. Incide aí um sujeito de direito, que assim se reconhece e exige o futuro no presente: ‘agora’. Percebemos na incerteza sobre a existência desse futuro, a memória que vem pela história em sentido amplo e é, também no contexto imediato, afetada pelas promessas não cumpridas, pelas propagandas enganosas dos governos de todos os níveis da administração pública.

A modernidade anuncia o possível, embora não o realize. [...] põe diante da consciência de cada ser humano, e na vida cotidiana de cada um, todo o imenso catálogo de concepções e alternativas de vida que estão disponíveis no mercado globalizado. Basta ter os recursos para consegui-lo. [...] anuncia que são coisas possíveis de um mundo possível, mas não contém nenhum item no seu mercado imenso que diga como conseguir tais recursos, que faça o milagre simples de transformar o possível em real. (MARTINS, 2010, p.19)

Desse modo, o “Se” está entre o contexto amplo e o contexto imediato da enunciação no cartaz numa manifestação de rua em Jacobina, Bahia, na relação entre *interdiscurso* e *intradiscurso* (ORLANDI, 2005), o que torna possível compreender que o futuro tem que ser agora porque, em nossa experiência histórica, a promessa não é realizada pelo poder. Nesse deslocamento do poder, agora exercido pelos manifestantes de rua, o futuro é exigido “Já!” a fim de que o poder não retorne de mãos vazias de sua aventura mais democrática pelas ruas do nosso país nesses últimos anos.

Mas qual seria este futuro? E este eu? Que embora traga a 1ª pessoa do singular, se revela encoberto de vários eus, o nós, a voz do coletivo, do sujeito discursivo da análise do discurso que o concebe como “como um ser social apreendido em um espaço coletivo, não fundamentado em uma individualidade, “eu individualizado” e sim, que tem existência num espaço social e ideológico, em um dado momento da história e não em outro”. (FERNANDES, 2008, p.38). De sua voz ecoam outras vozes com o mesmo sonho coletivo de um futuro digno, “integrante de dada realidade histórica e social desse lugar sócio histórico” (FERNANDES, 2008, p.38).

Os lexemas que compõem o discurso apresentado, ao entrecruzarem variadas vozes, nos permite compreendê-los como integrantes de um cotidiano que possui lugar no atual contexto e que revela conflitos sociais demarcadores de territórios e de identidades, “dos espaços de enunciação, dos lugares sociais assumidos por diferentes sujeitos socialmente organizados” (FERNANDES, 2008, p.38).

Ao empurrar os outros sujeitos discursivos para as margens do dizer, para o reino dos não-ditos, num processo de silenciamento, o modo de saber-poder dos movimentos sociais, partidos e sindicatos, associados à história de corrupção, de cinismo e de impunidade dos nossos políticos e representantes do *status quo* dominante no Brasil, terminaram produzindo, dialeticamente, condições objetivas para o surgimento das manifestações de ruas hodiernas, que recusam palanques, lideranças e bandeiras de partidos, organizações e centrais sindicais, além de todo e qualquer sujeito que se infiltra nessas manifestações a fim de se apropriar das múltiplas práticas discursivas, ora em curso. A recente greve geral, promovida por sindicatos e centrais sindicais foi um dos efeitos de sentidos decorrente desse fenômeno. Em comparação com a força de mobilização que tinham anteriormente à ascensão da esquerda ao poder político, foi um movimento esvaziado, com suas bandeiras agora com um sentido

contrário à ruptura, à construção de uma nação verdadeiramente democrática, onde todas as vozes poderiam exercer livremente as suas práticas discursivas.

Nesse enredo histórico complexo e fluido a luta pelo discurso é o exercício fundante da política na contemporaneidade. Tanto o é que os participantes dessas manifestações não se contentam apenas com reduções de passagens e medidas apressadas como respostas imediatas do poder político governamental aos anseios das ruas. Elas e eles querem mais, têm fome de participação nas arenas discursivas do poder.

Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (FOUCAULT, 1999, p.10)

Talvez esteja aí a rejeição às velhas e traiçoeiras práticas discursivas, marcadas por rituais, normas e posições constitutivas de sujeitos aprisionados pela lógica da organização político-sindical e partidária, que serviam de “arapuca” para subjetividades rebeldes que não mais aceitavam ser dirigidas pelos sentidos delineados nestas práticas. Expressão dessa luta no campo discursivo é o que afirma, segundo reportagem do jornal A Tarde de Salvador, Bahia, um dos líderes do Movimento Passe Livre em Salvador, o mestre em ciências sociais pela UFBA, Walter Altino: “A sociedade está questionando a representatividade de partidos, sindicatos e outras organizações, e cobrando outra cultura política no país”. (FRANÇA, 2013, p.B1).

Conclusões: amarrando alguns fios do discurso

Portanto, diante do caminho argumentativo que trilhamos, as múltiplas vozes de uma “multiplicidade irreduzível” que é, no entender de Negri (2006), a multidão, rompendo com as repetidas formas de manifestação “popular”, onde um palanque “esperava” a presença dos sujeitos autorizados pelo “grupo de controle” dos movimentos, sindicatos e partidos, transitam da paráfrase para a polifonia, criando e provocando rupturas no modo de dizer a indignação engasgada na garganta, deslocando sujeitos e sentidos nas

práticas discursivas que emanam de suas vozes pelas ruas do Brasil, e deslocando o poder em sua efetividade democrática e plural. Essas vozes recusam-se a serem silenciadas por pronúncias previsíveis, desgastadas, cujos efeitos de sentidos não afetam positivamente a população, por advirem de sujeitos constituídos num espaço desacreditado, como o é o Congresso Nacional, que produz sentidos associados à corrupção, ao cinismo, à elaboração permanente de uma legalidade ilegítima, por estarem comprometidas com ideologias partidárias falsificadas, por “reformas ocas”, por promessas vãs, pela tentativa inútil de controle dos corpos, de normatização do desejo sexual, da anulação da diferença, objetivando eliminar as potencialidades políticas emancipatórias do Brasil contemporâneo, próprio da diversidade humana.

As relações de força que sustentavam os dizeres com seus sentidos marcados e seus “sujeitos políticos tradicionais¹⁰”, são “pulverizadas” nas múltiplas vozes que retomam para si a autoridade das posições do dizer, e se posicionam como sujeitos do discurso, enunciando o seu desejo reprimido por um país decente, voltado para o atendimento de qualidade às necessidades básicas da população brasileira, ao atendimento respeitoso aos direitos individuais de exercício de suas sexualidades e de seu corpo e ao controle verdadeiramente democrático do estado brasileiro. A luta pelos sentidos não cessa.

REFERÊNCIAS

- DEMO, Pedro. **Pobreza política**: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006.
- FERNANDES, Cleudemar A. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. 2. ed. São Carlos, SP: Editora Claraluz, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Felipe Baeta Neves. 6. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. ed. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1999.

¹⁰ Expressão utilizada pelo professor da Universidade Federal da Bahia, Carlos Zacarias de Sena Júnior quando afirma, em texto publicado no jornal *A Tarde* de Salvador, Bahia, no dia 13 de julho deste ano, que: “Era clara a tentativa dos tradicionais sujeitos sociais de retomarem a iniciativa das lutas, provisoriamente usurpadas pelo espontaneísmo das jornadas de junho e por uma presença minoritária, mas incômoda, da direita.” (SENA JÚNIOR, 2013, p.A3)

FRANÇA, Patrícia. **Integrante do MLP cobra união do governo com população.** A Tarde, Salvador, 14 jul. 2013. Política, p.B1.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples:** cotidiano e história na modernidade anômala. 2. Ed. São Paulo, SP: Contexto, 2010.

NEGRI, Antônio. De volta. Rio de Janeiro: Record, 2006. *In* MUELLER, Lourenço. **O diabo na rua no meio do redemoinho.** A Tarde, Salvador, 14 jul. 2013. Opinião, p.A2.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso:** princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2005.

PEREIRA, Paulo Celso. **Planalto corre para mostrar obras em 2014.** A Tarde, Salvador, 14 jul. 2013. Política B3.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi *et al.* 3. Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

SENA JÚNIOR, Carlos Z. **Prenunciando a primavera.** A Tarde, Salvador, 13 jul. 2013. Opinião, p.A3.